



## Estudo Técnico Preliminar da Contratação

### PROCESSO Nº 48051.002516/2019-38

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação do serviço de manutenção do gerador de emergência para atender necessidades de abastecimento de energia no caso de falta pela concessionária CEB.

#### **DIRETRIZES GERAIS**

#### **1. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

##### **1.1. NORMAS DE SEGURANÇA:**

- 1.1.1. NR 01 - Disposições Gerais.
- 1.1.2. NR 02 - Inspeção Prévia.
- 1.1.3. NR 03 - Embargo ou Interdição.
- 1.1.4. NR 04 - Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho.
- 1.1.5. NR 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
- 1.1.6. NR 06 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- 1.1.7. NR 07 - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
- 1.1.8. NR 08 – Edificações.
- 1.1.9. NR 09 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais.
- 1.1.10. NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- 1.1.11. NR 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.
- 1.1.12. NR 12 - Máquinas e Equipamentos.
- 1.1.13. NR 15 - Atividades e Operações Insalubres.
- 1.1.14. NR 16 - Atividades e Operações Perigosas.
- 1.1.15. NR 17 – Ergonomia.
- 1.1.16. NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- 1.1.17. NR 20 - Líquidos Combustíveis e Inflamáveis.
- 1.1.18. NR 23 - Proteção Contra Incêndios
- 1.1.19. NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

- 1.1.20. NR 25 - Resíduos Industriais.
- 1.1.21. NR 26 - Sinalização de Segurança.
- 1.1.22. NR 28 - Fiscalização e Penalidades
- 1.1.23. NR 33 - Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados.
- 1.2. **NORMAS TÉCNICAS:**
- 1.2.1. NBR 5410/2004 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão - ABNT;
- 1.2.2. NBR 5419/2005 - Proteção de Estruturas contra Descargas Elétricas Atmosféricas;
- 1.2.3. NBR 5413 - Iluminação de Interiores;
- 1.2.4. NBR 5052 – Máquinas síncronas – Ensaio;
- 1.2.5. NBR 5473 - Instalação Elétrica Predial;
- 1.2.6. NBR 5459 - Manobra e Proteção de circuitos;
- 1.2.7. NBR 5462 - Confiabilidade e Manutenibilidade;
- 1.2.8. NBR 5471 - Condutores Elétricos;
- 1.2.9. NBR 15152 - Qualificação e certificação de eletricista de manutenção – Requisitos;
- 1.2.10. NTD 6.01 - Norma Técnica de Distribuição em Baixa Tensão – CEB.
- 1.2.11. PNQC-PR-CS-005\_Rev.B - Norma de Requisitos para Qualificação e Certificação de Eletricistas de Manutenção – PNQC
- 1.3. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**
- 1.3.1. IN nº. 005/2017/ SLTI/MP de 25.05.2017.
- 1.3.2. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei de Licitações;
- 1.3.3. Lei nº 10.637, de 01 de dezembro de 2002 (PIS);
- 1.3.4. Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (COFINS);
- 1.3.5. Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976; Programa de Alimentação ao Trabalhador;
- 1.3.6. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, lei geral da micro e pequena empresa;
- 1.3.7. Decreto Lei nº 5, de 14 de janeiro de 1991 – Regulamentação do Programa de Alimentação ao Trabalhador;
- 1.3.8. Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 – custeio da seguridade social e benefícios previdenciários;
- 1.3.9. Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 05/09/1997, que regulamenta a Lei nº 123/2006; ref. a Micro e pequenas empresas;
- 1.3.10. Portaria Interministerial nº 3, de 11 de novembro de 1998 - PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador);
- 1.3.11. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, NR nº 05-TEM - Acidente de Trabalho;
- 1.3.12. IN SLTI nº 04/2013, dispõe sobre o Sistema SICAF;
- 1.3.13. IN/SRF/Nº 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada pela IN/SRF/Nº 539, de 25 de abril de 2005, dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços;
- 1.3.14. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

- 1.3.15. Acórdão TCU nº 950/2007, de 28 de maio de 2007;
- 1.3.16. IN nº 5/2014, regulamenta procedimentos de pesquisa de preços;
- 1.3.17. Lei 4.950-A, de 1966.

## **2. INCONSISTÊNCIAS OCORRIDAS NAS FASES DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA GESTÃO DO CONTRATO VERIFICADAS NAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES**

2.1. Durante a gestão do contrato observou-se a necessidade de melhor especificação dos serviços e suas respectivas datas de execução, além da inclusão de fornecimento de material para reparos de emergência. Tais ações constarão na especificação do serviço no Termo de Referência.

### **DIRETRIZES ESPECÍFICAS**

## **3. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Dotar a infraestrutura da ANM Sede/DF das condições necessárias à perfeita execução de suas atribuições regimentais;

3.2. Garantir que o **grupo gerador de emergência** funcione adequadamente no caso de interrupção de fornecimento energia pela CEB e abasteça as cargas prioritárias, especialmente a sala cofre que resguarda as informações de toda ANM;

3.3. Prevenir, manter e zelar as condições do grupo gerador de emergência, proporcionando aumento de vida útil da máquina e segurança de informações no caso de interrupção de fornecimento de energia.

3.4. Conciliar os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

3.5. Os cargos para executar as atividades pretendidas nesta contratação foram extintos do serviço público federal pela Lei 9.632, de 1998.

3.6. *Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento. (Art. 2º, Lei nº 9.632, de 1998). Grifou-se.*

3.7. A Lei 11.046, de 2004, que dispõe sobre a criação de Carreiras e do Plano Especial de Cargos do extinto DNPM, e que normatiza o quadro de pessoal da ANM, não prevê a execução de atividades correlatas pelos Servidores do Órgão às decorrentes desta contratação, dessa forma, a Agência não dispõe de servidores especializados para realizar o tipo de serviço objeto da contratação.

3.8. Desta forma, considerando a Lei 11.046/2004 e o Decreto nº 9.507/2018, verifica-se que a execução dos serviços pretendidos podem ser transferidos para iniciativa privada, para ser executado de forma indireta por empresa especializada no ramo.

## **4. REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO**

4.1. Trata-se de contratação ordinária, rotineira e habitual da Administração, aprovada no Plano Anual de Contratação, já previstas em Lei Orçamentária Anual e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes referente à infraestrutura predial.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Fornecimento de mão de obra e materiais conforme Termo de Referência.
- 5.2. Serviço continuado sem dedicação exclusiva realizado por visitas técnicas mensais, semestrais e anual para manutenção preventiva, além de manutenção corretiva, com atendimento de chamados de emergência.
- 5.3. Obedecer a todas as leis ambientais (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente nº 6.983 de 17/01/1981; Lei de Crimes Ambientais nº 9.605 de 12/02/1998; Lei de Recursos Hídricos nº 9.433 de 08/01/1997; Lei do Código Florestal Brasileiro nº 12.651 de 25/12/2012) e implantar critérios e práticas de sustentabilidade sempre que aplicável.
- 5.4. A duração inicial do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme a Lei.
- 5.5. Possibilidade de realizar vistoria prévia nos locais de execução dos serviços
- 5.6. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.7. Instalar e manter sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde se realizarão os serviços.
- 5.8. Comprovar que tenha executado serviços compatíveis em quantidades e especificações com o objeto da contratação.
- 5.9. Comprovar que possui infraestrutura de técnica e operacional para executar o objeto do futuro contrato.
- 5.10. Comprovar que dispõe em seu quadro de pessoal técnico devidamente treinados, habilitados e disponíveis para realização dos serviços.
- 5.11. Todo o serviço e material empregado, seja quanto à forma de execução e as especificações dos itens seguirá as orientações e definições contidas no item 1 deste documento
- 5.12. Nos casos de troca de mão de obra o funcionário substituto deve receber treinamento do substituído antes de ser dispensado do posto de trabalho.

## **6. NATUREZA DO SERVIÇO**

- 6.1. Os serviços deverão ser prestados de forma continua e indireta, através de empresa habilitada, em conformidade com as normas que regulam o setor.
- 6.2. O caráter contínuo do serviço é determinado por sua essencialidade para o bom desenvolvimento das atividades da manutenção do gerador de emergência, de modo que sua interrupção poderá comprometer o funcionamento da sala cofre e a segurança de dados da ANM, o cumprimento de sua missão institucional, aumentando os riscos de que os índices de satisfação dos servidores e cidadãos usuários sejam diminuídos, com consequentes prejuízos à prestação do serviço público e a sociedade.

## **7. OBRIGAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA CONTRATADA**

- 7.1. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra.
- 7.2. Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.
- 7.3. Observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.
- 7.4. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com

as normas do MTE;

- 7.5. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização, prezando pela saúde e segurança durante a execução dos serviços.
- 7.6. Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta das Normas Regulamentadoras do MTE;
- 7.7. Treinar e capacitar seus funcionários em práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços, zelando pela preservação do meio ambiente;
- 7.8. Orientar seus funcionários sobre o cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.
- 7.9. Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.
- 7.10. Utilizar planilhas eletrônicas para controles e análises gerenciais, evitando o uso de papel.
- 7.11. Eliminar o uso de copos descartáveis quando da prestação dos serviços nas dependências do órgão.
- 7.12. Utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.
- 7.13. Caso utilize veículos automotores para execução das atividades, reduzir as emissões de gases poluentes, utilizando modelos de veículos classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular e utilizar biocombustíveis para abastecimento.
- 7.14. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.
- 7.15. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
  - I - racionalizar/economizar energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;
  - II - evitar o desperdício da água potável com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos); e
  - III - treinar/capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.
- 7.16. Manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.
- 7.17. Utilizar equipamentos elétricos certificados com selo PROCEL e que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme Resolução do CONAMA e do INMETRO, de forma a reduzir o risco à saúde física e mental dos funcionários, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.
- 7.18. Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;

7.19. Não utilizar quaisquer substâncias que destruam a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos essenciais permitidos pelo mencionado Protocolo, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 2000, e legislação correlata;

7.20. Observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.

7.21. Apresentar a composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado pela Contratante.

7.22. Verificar e não permitir a utilização de produtos que contenham substâncias perigosas, biodegradabilidade dos tensoativos, toxicidade aquática e teor de fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

7.23. Adotar boas práticas de otimização na utilização de recursos naturais, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

- I - racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- II - substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- III - racionalizar/economizar o consumo de energia (especialmente elétrica) com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;
- IV - treinar/capacitar seus empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição; e
- V - reciclar e destinar adequadamente os resíduos gerados durante a realização dos serviços.

7.24. Acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, observando as normas que estabelecem as regras para seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem e que indicam os locais de entrega e coleta;

7.25. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente;

7.26. respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

7.27. Não utilizar as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- II - lançamento in natura a céu aberto;
- III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e
- IV - outras formas vedadas pelo poder público.

7.28. Também não são permitidas as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

- I - deposição inadequada no solo;
- II - deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a

inundação;

III - lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

IV - infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;

V - utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e

VI - utilização para alimentação humana.

7.29. Exigir o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, obedecendo aos seguintes procedimentos:

I - recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

II - providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; e

III - dar a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente, exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

7.30. Não permitir formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e

III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

7.31. Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para aquisição de baterias utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

7.32. Providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação

ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.” e

7.33. Observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços.

## **8. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO**

8.1. 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação em até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

## **9. SOLUÇÕES DE MERCADO**

9.1. As soluções de mercado para este tipo de contratação envolvem:

- I - contratação de mão de obra permanente;
- II - execução por chamado para atendimento de manutenção emergencial;
- III - execução de manutenção preventiva e corretiva: apenas de mão de obra por períodos esporádicos e sem fornecimento de material;
- IV - execução de manutenção preventiva e corretiva: apenas de mão de obra por períodos esporádicos e com fornecimento de material;

9.2. Alguns prestadores destes tipos de serviço são: Sotrec Brasília; No-Breaks Geradores; Stemac Sa Grupo Geradores; Energia Geradores, entre outras.

## **10. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

10.1. A estimativa do quantitativo do serviço e dos materiais a serem utilizados foram estipulados tomando como base a experiência de contratos anteriores.

## **11. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

11.1. Não se aplica o fracionamento, uma vez que uma única empresa deve ser responsável por todos os detalhes da manutenção, devido a complexidade técnica do objeto. A escolha da solução IV, item 9, foi baseada em experiência de contratos anteriores, de acordo com a necessidade da manutenção do gerador.

## **12. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

12.1. Os preços estimados de referencia deverão ser obtidos conforme disciplina a IN SLTI/MPOG nº 05, de 2014, utilizando para isto o SINAPI, o painel de preços e também preço de mercado, dependendo da situação.

## **13. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

13.1. A solução abrange a manutenção de grupo gerador de emergência, sem dedicação de mão de obra exclusiva, e assim a empresa contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva (mensal, semestral e anual) e corretiva (por chamado) no grupo gerador, suas instalações elétricas e quadros de transferência automáticos.



#### **14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

14.1. A contratação é composta por item único, que para não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, o objeto não deve ser dividido ou parcelado, visto que tal procedimento não restringe a participação de licitantes.

14.2. O agrupamento dos itens evita a perda de economia de escala, a medida que os serviços pretendidos são de baixa complexidade técnica e que podem ser prestados por empresas registradas e fiscalizadas por um único conselho regional, dado que atuam no mesmo ramo de negócio.

14.3. A divisão dos serviços não implicará em ampliação da competitividade nem em maiores ganhos econômicos, visto que, na prática, as mesmas empresas competirão em todos os possíveis itens da licitação.

14.4. O agrupamento em item único também evita a perda de economia de escala, à medida que os serviços pretendidos são prestados por empresas que atuam no mesmo ramo de negócio;

14.5. Ademais, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e aumenta a eficiência administrativa do setor público, que passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública (Acórdão TCU nº 0861/2013-Plenário).

14.6. Portanto, sob o ponto de vista técnico, econômico e de eficiência administrativa os serviços não devem ser parcelados por mais de um item ou lote, visto que, agrupando-os é esperado uma redução dos preços ofertados, além de permitir otimizar e facilitar a gestão do contrato a ser celebrado, evitando-se a transferência de responsabilidades entre as contratadas nos casos de problemas, em vista de se tratarem de serviços correlatos, similares, dependentes e complementares (Acórdão TCU nº 5260/2011-1ª Câmara);

14.7. Verifica-se que o objeto não trata da contratação de mais de um serviço ou bens distintos, mas sim de um único serviço que, para a produção do resultado almejado, há necessidade de execução de atividades interconectadas e interdependentes.

14.8. Essa sistemática de contratação significa expressivo avanço de gestão, controle e redução de custos, que vai ao encontro da necessidade da Administração Pública de otimizar seus recursos de maneira eficaz e efetiva.

14.9. Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, os serviços não devem ser parcelados por itens, visto que, agrupando-os é esperado uma redução dos preços ofertados, consoante o Acórdão TCU 1214/2013-Plenário.

#### **15. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

15.1. Permitir à ANM atuar dinamicamente, pois possibilitará que seus dados não se percam, mesmo com a interrupção de energia da concessionária, conservando as informações com segurança, intactas na sala-cofre .

15.2. Quanto à eficácia, a solução possibilitará disponibilizar mais segurança da informação da ANM;

15.3. Quanto à eficiência, a solução proporcionará melhor gestão da frota de veículos oficial e aprimoramento do zelo e manutenção do patrimônio público sob a guarda e responsabilidade da ANM;

15.4. Quanto à efetividade, a solução visa viabilizar a continuidade do exercício das atividades administrativas e finalísticas do órgão sem maiores transtornos;

15.5. Quanto à economicidade, a solução visa a qualidade dos serviços a custos de mercado mais vantajosos para a administração.

#### 16. PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

16.1. Existe a necessidade de capacitação de servidores para atuar na gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente, seguindo os moldes da IN 5/2017.

#### 17. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Como decorrência dos estudos realizados para elaboração deste documento, identifica-se a viabilidade da presente contratação.

#### 18. CLASSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO QUANTO AOS TERMOS DA LEI Nº 12.527, DE 18 NOVEMBRO DE 2011 (LAI)

18.1. Este documento se classifica nos termos do Art. 4º da Lei nº 12.527, de 2011, como informação, documento e disponibilidade consoante os incisos abaixo transcritos:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

(...)

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

Elaborado por:

**MARIANA MARTINO CALDEIRA**

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação  
DINSED/SAF

**CLOVIS DE OLIVEIRA CAMPOS**

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação  
DINSED/SAF

**ROGÉRIO PINHEIRO MAGALHÃES CARVALHO**

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação  
DINSED/SAF

**ANTONIO ANSELMO SILVA DE SOUZA**

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação  
DILICS/SEGECS/SAF



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Pinheiro Magalhães Carvalho, Fiscal de Contrato**, em 18/09/2019, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Anselmo Silva Souza, Fiscal de Contrato**, em 18/09/2019, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Martino Caldeira, Chefe de Divisão de Infraestrutura Sede**, em 18/09/2019, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Clovis de Oliveira Campos, Técnico Administrativo (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 18/09/2019, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.anm.gov.br/autenticidade](http://www.anm.gov.br/autenticidade), informando o código verificador **0579391** e o código CRC **BFD7894B**.

---